

ESCÂNDALO/INVESTIGAÇÕES

Comissão especial terá menos poder que CPI

AS CONSEQUÊNCIAS DA CPI DO ORÇAMENTO

PROCESSOS DE CASSAÇÃO

Na Câmara

- 1** A mesa da Câmara deve entregar hoje o relatório final da CPI à Comissão de Constituição e Justiça. Cada grupo de três deputados acusados terá um relator

2 Cópias dos pedidos de cassação vão para os parlamentares acusados, que têm uma semana para apresentar defesa por escrito. Se não apresentarem defesa, serão nomeados advogados dativos, que terão mais uma semana para se manifestar

3 Em seguida, a comissão ouve testemunhas e faz as diligências que achar necessárias. Encerrada essa fase, tem mais uma semana para apresentar um parecer sobre cada caso e pode até decidir arquivá-lo

4 Se decidir que a acusação é procedente, a comissão faz um projeto de resolução propondo a cassação do deputado e envia no plenário. A votação é secreta. São necessários 252 votos para aprovar a cassação. As votações serão contínuas, ao longo de dois ou três dias. Haverá folga no carnaval. Se tudo correr como o previsto, os processos de cassação terminarão até 25 de março

HAVERÁ PROCESSO DE CASSAÇÃO CONTRA 18 PARLAMENTARES

Na Câmara

Annibal Teixeira (PTB-MG)
Carlos Benevides (PMDB-CE)
Cid Carvalho (PMDB-MA)
Daniel Silva (PPR-MA)
Ezio Ferreira (PFL-AM)
Fábio Raunheitti (PTB-RJ)
Fávio Derzi (PP-MS)
Genebaldo Correia (PMDB-BA)
Ibsen Pinheiro (PMDB-RS)
João Alves (sem partido-BA)

No Senado

- 1** A CPI só pediu a cassação de um senador, Ronaldo Aragão (PMDB-RO). O processo correrá na Comissão de Constituição e Justiça do Senado e será mais longo que na Câmara
 - 2** A comissão tem 15 dias para dizer se aceita ou não o pedido de cassação. Se aceitar, o pedido é submetido ao plenário. Para prosseguir, é necessária a presença de pelo menos 40 senadores e o apoio de metade mais um dos presentes
 - 3** Se o parecer da comissão for aprovado, é formada uma comissão de nove senadores para cuidar do processo. Essa nova comissão entrega uma cópia do pedido de cassação ao senador acusado, que terá 15 dias para se defender
 - 4** Mesmo que o acusado não apresente defesa, encerrado o prazo, a comissão faz as investigações que achar necessárias e dá novo parecer. Se a comissão decidir pela cassação, o senador tem 10 dias para se manifestar. Depois, o parecer segue para o plenário. A votação é secreta. São necessários 41 votos para aprovar a cassação

NOVAS INVESTIGAÇÕES

1

- Alegando que as provas contra eles eram insuficientes, a CPI encaminhou os casos de 12 parlamentares às mesas da Câmara e do Senado. Foi criada na Câmara uma comissão especial de sindicância que vai continuar as investigações sobre os 11 deputados da lista. O Senado ainda tem de instalar sua Corregedoria, que só existe no papel, para examinar o caso do senador Dario Pereira (PFL-SE).

3

- Cópia do relatório final também foi enviada à Receita Federal, para que sejam tomadas providências contra os envolvidos cujas declarações de bens e rendimentos apresentam irregularidades

João de Deus (PPR-RS)
José Geraldo Ribeiro (PMDB-MG)
Manoel Moreira (PMDB-SP)
Paulo Portugal (PP-RJ)
Raquel Cândido (PTB-RO)
Ricardo Fiuza (PFL-PE)
Feres Nader (PTB-RJ)

Ronaldo Aragão (PMDB-RO)

**HAVERÁ NOVAS INVESTIGAÇÕES
CONTRA 12 PARLAMENTARES**

Na Câmara

Gastone Righi (PTB-SP)

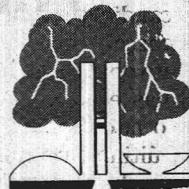
Jorge Tadeu Mudalen (PMDB-SP)
José Carlos Aleluia (PFL-BA)
José Carlos Vasconcelos
(PRN-PE)
José Luiz Maia (PPR-PB)
Mussa Demes (PFL-PI)
Paes Landim (PFL-PI)
Pedro Irujo (PMDB-BA)
Pinheiro Landim (PMDB-CE)
Roberto Jefferson (PTB-RJ)
Uldurico Pinto (PSB-BA)

No Senado
Dario Pereira (PFL-RN)

*Sigilo bancário de 12
deputados só poderá ser
quebrado se plenário da
Câmara autorizar*

JOÃO DOMINGOS

BRASÍLIA — Uma Comissão Especial de Sindicância (CES) da Câmara dará continuidade a partir de amanhã às investigações sobre 12 deputados envolvidos no esquema de manipulação do Orçamento. O relatório final da CPI do Orçamento considerou insuficientes as provas reunidas contra esses parlamentares em três meses de trabalho e propôs a continuidade das investigações pela mesa da Câmara. A comissão terá 30 dias para trabalhar e poderá prorrogar esse prazo por mais 30 dias.



esse prazo por mais 30 dias.

A CES será presidida pelo segundo-vice-presidente da Câmara, Fernando Lyra (PSB-PE), corregedor-geral da Câmara, e terá como relator o deputado Vital do Rêgo (PDT-PB). Se a comissão quiser quebrar o sigilo bancário dos parlamentares sob investigação, terá de encaminhar o pedido à mesa da Câmara, que o submeterá à apreciação do plenário, na forma de um projeto de resolução. As contas bancárias só poderão ser investigadas se o projeto for aprovado por maioria simples dos deputados presentes em plenário. As CPIs podem quebrar o sigilo bancário de qualquer pessoa sem autorização do plenário da Câmara.

Além de Lyra e Vital do Rêgo, a comissão será integrada por oito deputados: José Thomaz Nonô (PMDB-AL), José Abrão (PSDB-SP), Beth Azize (PDT-AM), Benedito Domingos (PP-DF), Carlos Kayath (PTB-PA), Prisco Viana (PPR-BA), Ney Lopes (PFL-RN) e Hélio Bicudo (PT-SP). Todos foram escolhidos pelo presidente da Câmara, Inocêncio Oliveira (PFL-PE), que não consultou os líderes partidários para indicá-los. "É uma comissão especial e a nomeação é prerrogativa do presidente da casa", disse Inocêncio.

Dos 12 deputados que a CPI do Orçamento encaminhou à mesa da Câmara para continuidade das investigações, três podem ficar livres. A mesa da Câmara tende a inocentar previamente os deputados Jesus Tajra (PFL-PI), Roberto Jefferson (PTB-RJ) e Jorge Tadeu Mudalen (PMDB-SP), casos considerados de "resolução mais simples". Os três já encaminharam à mesa da Câmara documentos em que contestam as acusações da CPI. Vital do Rêgo disse que pretende requisitar todos os documentos produzidos pelo CPI.